



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

20 DE SETEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

DISCURSO NA SOLENIDADE DE ASSI-
NATURA DE ATOS CRIANDO RESER-
VAS BIOLÓGICAS

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Senhor Ministro de Estado da Agricultura,
Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil,
Senhores Representantes dos setores do Governo
ligados ao meio-ambiente:

Na mensagem que enviei ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa deste ano, afirmei que entre os problemas que afligem a sociedade brasileira avulta o que diz com a preservação da Natureza. Lembrei, nesse documento, as medidas tomadas, em 1981, no sentido de proteger o meio-ambiente. Assegurei que, em 1982, ganharia amplitude e profundidade a política conservacionista. Garanti que o Governo sustentaria a campanha contra tecnologias poluidoras da água e do ar e contra processos de desflorestamento do solo que lhe prejudiquem ou anulem a fertilidade.

Cumprindo o dever, que me incumbe, de velar pelo meio-ambiente, mantenho estrita vigilância no sentido

de preservá-lo e coibir as agressões de que vem sendo vítima.

Hoje, Dia da Árvore, é data que desejo assinalar especialmente com a assinatura de numerosos decretos de caráter conservacionista. Dilatam-se, com essas providências, as reservas biológicas e estende-se o Parque de Itatiaia, que passa de três mil para trinta mil hectares. Somada essa área às das reservas biológicas, agora instituídas, tem-se que, só neste ano, outros novecentos mil hectares do território nacional vão servir ao trabalho de conservação da Natureza.

Essas medidas se juntam a outras, também tutelares do meio-ambiente, tomadas ainda em 1982. Para citar apenas a mais recente, recorro as providências complementares para recuperação e proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul — que se consubstanciaram em decreto de 13 de setembro corrente.

Cumpra advertir que o dever de proteção ao meio-ambiente não recai somente sobre o Governo. A obrigação de proteger a Natureza incumbe também à sociedade. As agressões praticadas contra a Natureza, as mais das vezes de modo inconsciente, são crimes praticados também contra seus próprios autores. É preciso que cada um tenha presente que os recursos naturais não são ilimitados e que a poluição do meio-ambiente não se promove impunemente. É preciso que cada um ajude o Governo a preservar, em proveito do bem-estar coletivo, a harmonia do nosso sistema ecológico.

Hoje não basta que, à maneira de São Francisco de Assis, louvemos o Senhor pela nossa irmã Terra, que nos suporta e nos alimenta. Cumpra que, todos juntos, a defendamos, intransigentemente, dos que maculam a pureza de seus elementos e dos que ameaçam destruí-la.